

### 3.

## “Sensus fidei” -uma ponte entre academia e hierarquia

### 3.1.

#### Conceituação

A propósito do tema que aqui refletimos, é imprescindível que se estabeleça a distinção entre *sensus fidei*, *sensus fidelium*, e *consensus fidelium* (ou *consensus fidei*). Estas expressões não são intercambiáveis. Referem-se, na verdade, a conteúdos muito diversos. Herbert Vorgrimler define o *sensus fidei* (SF) como “espécie determinada de conhecimento, que provém da fé e se refere ao conteúdo essencial dessa mesma fé”<sup>180</sup>. É uma maneira de conhecer espontânea, não discursiva, analógica à vista clínica doméico<sup>181</sup>. É o senso da fé que compete a cada um/cada uma que crê na revelação de Deus. É a consciência individual iluminada pela luz do Espírito de Deus. E o *sensus fidelium* é, afirma o autor, o senso dos fiéis ou, a consciência coletiva da fé. Enquanto o *consensus fidelium* é a concordância dos fiéis que se forma a partir do senso da fé<sup>182</sup>.

Segundo Vitali Dario, O termo *sensus* que quer dizer senso ou sentido; este substantivo corresponde ao termo grego *aísthesis* que significa: percepção, sensação ou sentimento, que indica, sobretudo um modo de conhecimento a partir da experiência, adquirida através dos sentidos; uma forma de compreender como a capacidade de perceber que eles têm consciência de ‘algo’ [...] e, por extensão, também indica faculdade, o órgão do sentido, através do qual se desenvolve este tipo do saber<sup>183</sup>. Enquanto o termo *fidei*, que quer dizer fé é uma atitude interna de entrega, o *amém* total do povo de Deus ao pleno e eterno *Sim* de Deus do povo, ambos dados em Jesus Cristo, sob a luz do Espírito Santo, para a glória de Deus Pai (cf. 2 Cor 1, 19-20).

<sup>180</sup>Cf. VORGRIMLER, Herbert. *Do sensus fidei para o consensus fidelium*. In CONCILIUM n.200 (1985), p. 6[376].

<sup>181</sup> Cf. HAARSMA, Frans. *Investigação empírica por um consensus da Igreja?* In: CONCILIUM n. 1 (1972), Pp.100 – 102.

<sup>182</sup> Cf. VORGRIMLER, Herbert. *Do sensus fidei para o consensus fidelium*. Idem, p, 6[376]. Cf. também, VITALI, Dario. *Sensus fidelium. Una funzione ecclesiale di intelligenza della fede*. Brescia, Morcelliana, 1993, p. 148.

<sup>183</sup> Cf. idem, p. 149.

O senso sobrenatural da fé (*sensus fidei supernaturalis*), ou a *intuição cheia de fé*<sup>184</sup> é a graça dada pelo Espírito, ao crente. É uma graça suscitada e garantida pelo Espírito Santo (LG 12a). Gilbert Narcisse fala da ‘*capacidade dada pelo Espírito Santo, ao crente, a fim de perceber a verdade da fé e de discernir.*

Também, é entendido como carisma de todos os membros da Igreja que lhes permite reconhecer o objeto da fé, confessá-la e vivê-la na verdade. O autor destaca, igualmente, a importância do sujeito da fé dizendo que, o SF é o senso subjetivo que deriva de um senso objetivo mais antigo: trata-se daquilo que a Igreja sustenta (ou seja, daquilo que foi confessado pelos fiéis)<sup>185</sup>.

Jean-Marie Rene Tillard fala de SF “como *instinctus* da comunidade dos crentes”<sup>186</sup>. E o santo Tomás de Aquino fala de uma *conaturalidade* com a verdade – que é Cristo – dada pelo Espírito Santo (cf. SThIIaIIae, q. 45, a.2). Dario Vitali fala, por sua vez, de uma “*faculdade* ou *habilidade* de penetração cognoscitiva da verdade da fé e de sua verificação na prática”<sup>187</sup>. Como expressão, o termo surgiu no século XIII<sup>188</sup>.

O *sensus fidei* (consciência individual) deriva do *sensus fidelium* (consciência coletiva). Isto é, situa-se necessariamente no contexto da existência cristã, no contexto de comunhão eclesial. Ou seja, a fé cristã é fundamentalmente comunitária, eclesial. É impossível viver a fé cristã fora da união comunitária e da relação comunicativa da Igreja, isolada e estreita, fechada como algo puramente pessoal. Encontramos no Concílio de Trento (1545-1563) uma expressão que lhe corresponde: *universae ecclesiae sensus*<sup>189</sup> que habilita o crente a distinguir a ‘verdadeira’ fé da *heresia*.

O *sensus fidelium* (*senso dos fiéis*), tem sentido objetivo, referindo-se não ao crente enquanto indivíduo, mas àquilo que é crido. Trata-se de uma

<sup>184</sup> Cf. ESPÍN, Orlando O. *A fé do povo – reflexões teológicas sobre o catolicismo popular*. São Paulo, Paulinas, 2000, p.120-121.

<sup>185</sup> Cf. NARCISSE, Gilbert. “Sensus fidei”. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo, Loyola, 2004, p. 1632.

<sup>186</sup> Cf. TILLARD, Jean-Maria Rene. *Iglesia de Iglesias*. Salamanca, Sígueme, p. 1999, p. 124. Segundo autor, esse *instinctus* (ou *sensus fidei*) presente nas comunidades dos crentes e as vincula com a consciência de todas as gerações desde Pentecostes.

<sup>187</sup> VITALI, Dario. *Sensus fidelium. Una funzione ecclesiale di intelligenza della fede*. Idem., p. 146 e 446. Cf. também, RUSH, Ormond. *Sensus fidei: Faith making sense of revelation*. Theological Studies, 62 (2001), 231-261. Aqui p. 259. “... *sensus fidei* is a heuristic sense. It discovers and uncovers. With an imagination formed by ecclesial faith, it perceives a revelatory presence mediated through symbol. (...) The ordinary is recognized as extraordinary, the human as divine”.

<sup>188</sup> Cf. PIÉ-NINOT, Salvador. “Sensus fidei”. In: R. Latourelle; R. Fisichella. *Dizionario di teologia fondamentale*. Assisi, Cittadella, 1990, PP. 1131-1134.

<sup>189</sup> Cf. DS, 1367.

função doutrinal, ao lado da teologia e magistério<sup>190</sup>. Diz respeito ao conjunto dos fiéis. É, portanto algo objetivo, comunitário, eclesial. Como expressão, surgiu no século XVI<sup>191</sup>.

O *consensus fidei* (consenso da fé, isto é, a concordância ou consenso universal sobre questões de fé e costumes) tem valor de critério da verdade, antes de tudo de infalibilidade dentro de certas condições (infalibilidade *in credendo*).

FransHaarsma distingue o *consenso dos fiéis* do *senso da fé*, dizendo:

O consenso se define como expressão uníssona da fé pela totalidade dos fiéis, e pode ser constatado por estatística, numa espécie de opinião pública eclesial<sup>192</sup>, enquanto o *senso da fé* deve ter sua base na teologia<sup>193</sup>.

Vários documentos conciliares apresentam noções que aproximam do *sensus fidei*. Encontram-se as expressões afins do *sensus fidei*, por exemplo: a) *sensus fidei* (LG, 12a, 35a; PO, 9b), b) *sensus catholicus*(AA, 30d), c) *sensus christianus*(GS, 52c), d) *sensus christianus* (GS, 62f), e) *sensus religiosus* (NA ,2a, DH, 4e, GS 59a) f) *sensus Dei* (DV, 15, GS, 7c), g) *sensus Christi et Ecclesiae* (AG, 19c), h) *instinctus* (SC, 24, GS, 18<sup>a</sup>), i) *instinctus spiritualis* (PC, 12b).

### 3.2.

#### Estrutura antropológica do crente

##### 3.2.1.

#### Ser humano (SH) como ser-em-relação

O ser humano, afinal, quem ele é? No princípio do relato da criação, o autor sacro afirma que Deus criou o ‘*ánthropos*’,<sup>194</sup> isto é, todo humano, homem e mulher’ (masculino e feminino da humanidade) à sua imagem e semelhança (Gn 1, 26). Não existe o lugar na terra que não seja habitada por alguma espécie da criação nem o SH é feito uma ilha isolada no meio do oceano.

<sup>190</sup>Cf. DV, 8b. cf também, VITALI, Dario. *Sensus fidelium. Una funzione ecclesiale di intelligenza della fede*. Op. Cit., p. 446.

<sup>191</sup>Cf. PIÉ-NINOT, Salvador. “Sensus fidei”. In: R. Latourelle; R. Fisichella. *Dicionário di teologia fondamentale*. Op. Cit., p. 1131.

<sup>192</sup>VITALI Dario. Op, cit, p. 274.

<sup>193</sup>Cf. HAARSMA, Frans. *Investigação empírica por um consensus na Igreja*. In: CONCILIUM, Op. Cit., p. 95.

<sup>194</sup> Cf. ARDUINI, Juvenal. *Antropologia – ousar para reinventar a humanidade*. São Paulo, Paulus, p. 117.

Afirma também que depois que criou o SH, Deus diz: “Não é bom que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda” (Gn 2, 18). O autor sacro revela, igualmente, que Deus criou cada ser humano separadamente na sua plena identidade individual, revestido de potencialidade divina (imagem do sopro) para reger o seu raciocínio, sua sensibilidade e sua vontade e, depois uniu-os comunialmente na mútua identificação (Gn 2,7. 21).

Dizemos que o SH é criado como indivíduo separado, porém designado para *ser-com-o-outro* e com os demais. Ou seja, cada SH desde o princípio é, essencialmente, um *ser-comunial-e-relacional*, ser que é, ao mesmo tempo, indivíduo e coletivo. Por essa razão, observa Juvenal Arduini que a “exclusão do homem ou da mulher – dessa união comunial e relação comunicativa – é atrofiar o todo antropológico”<sup>195</sup>.

Nesta perspectiva da criação do *ser-com-o-outro*, de modo bem poético o autor do Gênesis apresenta os tipos de relações: o SH consigo, com o outro, com o cosmos e com Deus. Segundo J. B. Libanio o autor bíblico formula essa aproximação de Deus pela criação sob a forma do *domínio* (não no sentido colonial da opressão, mas de centralidade) absoluto de Deus sobre todo o criado<sup>196</sup>. Ou seja, a relação de dependência entre criatura e Criador. Essa relação entre o humano criado e o divino Criador é caracterizada pela relação de cooperação, de colaboração e de corresponsabilidade: com a palavra, Deus cria o *uni-verso* e o SH é, por sua vez, capacitado e ordenado a dar o nome, recria e cuida a tudo o que foi criado (cf. Gn 2, 20).

A relação do SH entre si (de modo especial, entre o varão e fêmea) é a de companheirismo, de interdependência, de alteridade, de identidade e identificação (cf. Gn 2, 23), e é caracterizada pelo espírito de ‘fecundidade’ afetivo-efetiva do feminino e masculino (Gn 1, 28). Assim, também a relação com o cosmos, é a de respeito e cuidado.

O autor do Gênesis revela que diante do diferente, o *outro* da relação se reconhece como o outro *eu*, reconhece a própria identidade como diferente e, ao mesmo tempo, se identifica como parte comunial unida e irreversível na edificação do coletivo. Desta forma, o diferente serve como incentivo e espelho para o descobrimento de si e o seu crescimento, amadurecimento e o

<sup>195</sup> Idem, ibidem, p. 117.

<sup>196</sup> Cf. LIBANIO, J. B. *Deus e os homens: os seus caminhos – religião e saber - 1, 3ª Ed.* Petrópolis, Vozes, 1996, p. 110.

equilíbrio do próprio *ego* (o tu é o meu outro eu fora de mim, em você. Graças o outro que me faz como sou).

Isto, quer dizer que desde o princípio da criação, o SH humano (cada indivíduo, masculino e feminino) é feito, necessariamente, para *ser-com-o-outro*, verticalmente (com Criador) e horizontalmente (o humano com ele mesmo, com o próximo e com o cosmos).

A fé do indivíduo (do *eu*) é, na compreensão de Jesus, assim como mostram os evangelistas, o elemento nuclear indispensável a ser resgatado e valorizado em vista do fortalecimento da edificação da vida de fé coletiva. Afirma Leonardo Boff que Jesus é alguém que traz a ‘doutrina nova para os seus ouvintes’ (Mc 1, 27). É “alguém que tem a coragem de dizer: *eu* sem se garantir com outras autoridades vindas de fora”<sup>197</sup>. A Bíblia mostra que na fé de um Abraão se origina o povo crente de Israel, da mesma forma, na fé de um Jesus de Nazaré, o Ressuscitado, o cristianismo.

Com isso, dizemos que não há união comunal e relação comunicativa sem tensão, sem crise, sem sentimento de insatisfação e de esperança, tanto da humanidade consigo mesmo e entre si e com o cosmos, quanto sua relação com Deus.

Em cada situação de tensão e/ou crise e insatisfação, há sempre duplo movimento de *re-ação*: pelo lado negativo, por exemplo, há tendência de rompimento, de desesperança, de desânimo, de extirpação (de rasgar e/ou destruir tudo); e pelo lado positivo: de contenção (ato de conter ou assegurar), de crescimento ou ressurgimento, de *metanoia*, de reencantamento, de paciência, tolerância e delicadeza. Nessas situações, observa A. Cencini: “às vezes, no mal que se condena há um bem que não se sabe reconhecer”<sup>198</sup>.

### 3.2.2.

#### **Ser humano como ser-em-tensão**

Para os antropólogos, o SH é um ser único – entre os seres: mineral, vegetal e animal – criado por Deus à sua imagem e semelhança (Gn 1, 26) no

<sup>197</sup> BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 104. Cf. Mt 5, 38. 43.

<sup>198</sup> CENCINI, A. *Viver reconciliados – aspectos psicológicos*. São Paulo, Paulinas, 1988, p. 142. Segundo o autor, o ‘SH sempre tende para o mais fácil, isto é, de julgar e condenar tudo aquilo que não estimar o bem, assim fazemos até com nós mesmos. Desse modo, opina o autor, o bem não cresce nunca’. E conclui: ‘assim como uma Igreja que se limita a julgar e a condenar não cresce nunca’ (cf. p. 143).

planeta Terra – sobre tudo biológico, social e cultural<sup>199</sup>, psicológico e transcendental. Sendo que, cada uma destas dimensões por si só é muito ampla. Abrange desde o aspecto genético e biológico até os sistemas simbólicos, comportamentais e religiosos, passando pela organização social, política, parentesco e instituições sociais. Por isso, é um ser complexo: ao mesmo tempo, o indivíduo e o social ou, coletivo (o ‘eu’ e o ‘tu’).

Ele é também um *ser-pergunta*. François Laplantine afirma que o “SH nunca parou de interrogar-se sobre si mesmo”<sup>200</sup>. Pergunta sobre quem ele é, sobre a origem de sua *ex-istência*, sobre o porquê e para quê das realidades vividas (suas conquistas e derrotas) e, sobretudo, sobre seu destino final após esta vida. Não é a resposta, mas, sim, a contínua pergunta que faz a vida progredir. Como relembra o Concílio Vaticano II na sua constituição Pastoral *Gaudium et Spes*:

Perante, todavia, a evolução atual do mundo, cada dia são mais numerosos os que põem ou sentem com nova acuidade as questões fundamentais: Que é o homem? Qual o sentido da dor, do mal, e da morte, os quais, apesar do enorme progresso alcançado, continuam a existir? Para que servem essas vitórias, ganhas a tão grande preço? Que pode o homem dar à sociedade, e que coisa pode dela receber? Que há para além desta vida terrena?<sup>201</sup>.

Baseando nestas indagações ininterruptas, afirma João Batista Libanio que o SH é o ‘*eterno insatisfeito*’ e, ao mesmo tempo, de ‘*esperança*’<sup>202</sup>. Nesse mesmo sentido, porém no enfoque psicológico, Jean-François Catalan afirma que o ser humano (o homem e a mulher) é, desde o começo, um ser de necessidade. É uma questão de vida ou morte (carência que, quando não é satisfeita, provoca mal estares mais ou menos graves, ressentidos e perigosos<sup>203</sup>. Por isso mesmo ele é também um *ser-em-tensão* contínua. No dizer de Leonardo Boff: um ‘*ser-em-crise-e-crescimento*’<sup>204</sup>.

Para Juvenal Arduini, o SH é um “ser ambivalente. Conhecido e estranho, próximo e distante, transparente e opaco. Ele é torrente de amor. Mas também é capaz de gotejar ódio feroz. É o paradoxo antropológico”<sup>205</sup>. É

<sup>199</sup> Cf. Anotações da folha de estudo com padre (agora bispo) Joaquim Mol, do então professor da antropologia teológica do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), Belo Horizonte, 2003.

<sup>200</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo, Brasiliense, 2007, p. 13.

<sup>201</sup> GS, 10.

<sup>202</sup> Cf. LIBANIO, J. B. *Deus e os homens: os seus caminhos – religião e saber*. *idem*, p. 70-71.

<sup>203</sup> Cf. CATALAN, Jean-François. *O homem e sua religião: enfoque psicológico*. São Paulo, Paulinas, 1999, p. 65.

<sup>204</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Crise: oportunidade de crescimento*. Campinas, Verus, 2002, p. 18.

<sup>205</sup> ARDUINI, Juvenal. *Antropologia – ousar para reinventar a humanidade*. *Idem.*, p. 7-8.

o 'eu' e 'tu' em 'nós' relacional<sup>206</sup>. É uma união comunal e relação comunicativa entre o ser finito (imagem do barro) da criatura e o ser pleno (imagem do sopro divino) do Criador.

O autor do Evangelho da comunidade mateana revela uma das características do SH como um *ser-de-desejo* ou ser desejoso de algo mais e melhor na vida: a salvação (cf. Mt 19, 16-22). O desejo é uma energia ou força interna de tão intensa, quase reprimida, porém, irrefreável, e que representa algo de muito profundo. É o desejo da revelação perfeita e plena de uma unidade comunal e relação comunicativa, harmoniosa e total entre a humanidade entre si, com o cosmos e com o Criador.

E o apóstolo Paulo, por sua vez, fala de três tensões ou gemidos (Rm 8, 18-27): 1) o gemido da criação – física, presente na cultura, na sociedade, nos povos e em seu desenvolvimento, nas histórias das nações e nas guerras, etc.; 2) também o gemido de toda a humanidade criada à imagem e semelhança do amor criador de Deus-paternal-maternal-filial, ou seja, o Deus unidade comunal. É o anseio fecundo da humanidade pela união afetivo-efetiva, plena e total. É o gemido de quem crê na e de quem sente a força do amor crístico de Deus, revelado por Jesus de Nazaré, o Cristo-irmão misericordioso, que morre e ressuscita por amor à vida; 3) e por último, o gemido do Espírito do amor criador de Deus em nós. O Espírito que paira sobre o mundo desde o princípio da criação, penetra no âmago de toda a humanidade, principalmente dos que creem em e que seguem a Cristo Jesus, mas também dos que não o seguem, porém creem nos seus atos e ditos salvíficos.

Na sua carta aos Gálatas, o apóstolo Paulo fala de uma certa tensão entre Espírito e carne. Para o Apóstolo, diferentemente do fruto do Espírito, as obras da carne provocam a divisão, como: “fornicação (ou melhor, prostituição), impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, inimizades, rixas, ciúmes, ira, discórdias, dissensões, inveja, bebedeiras, facções glotonarias” (Gl 5, 19-21). As obras da carne, opina o Apóstolo, conduzem ao *pluralismo*, à desintegração, enquanto o fruto do Espírito proporciona a edificação da unidade comunal na pluralidade.

<sup>206</sup> Cf. BUBER, Martin. *Eu e tu*. 2ª Ed. São Paulo, Editora Moraes, 1974. Na opinião do autor, assumindo a mensagem do Hassidismo, 'Deus pode ser contemplado em cada coisa, e atingido em cada ação pura' (p. XXXVI). Diz também que, 'já que o mundo é a 'morada' de Deus (lugar habitual do Verbo encarnado), ele se torna por isso – do ponto de vista religioso – um sacramento. Assim, ele eliminou efetivamente o muro que dividia o sagrado e o profano como santificada' (p. XXXVII).

Para Alfonso Garcia Rubio, o anseio pela, harmonia com Deus propicia relações dialógicas entre os seres humanos, um relacionamento responsável entre estes e com meio ambiente, bem como uma relação de cada ser humano consigo próprio, vivida na verdade e na sinceridade<sup>207</sup>.

### 3.2.3.

#### Ser humano como ser-mistério

O SH, além de ser biológico, psicológico, social, linguagem, vontade e cultural, etc., é também um *ser-mistério*, ser transcendental. Trata-se da parte abstrata (mistérico, a presença da *ruah* divina no corpo criado) do SH que não é palpável. Essa presença da força transformante e mistagógica do Espírito de Deus inserido que faz o ser humano reconhecer-se como é, em Deus, e nele vive e move (cf. At 17, 28).

Para K. Rahner,

O SH – movido, guiado e iluminado pelo Espírito – é capaz de reconhecer, até certo ponto, os elementos objetivos da sua história de vida que condicionam de determinada forma e que pode ser estudado pelas ciências humanas e sociais. Contudo, mesmo que fosse possível a ele unir todos estes elementos, ainda assim ele não se identificaria por completo nessa figura. Para o autor, o SH se apresenta sempre maior, mais amplo, do que a síntese objetiva dos elementos que o constituem<sup>208</sup>.

Afirma ainda K. Rahner que o SH mergulhado na pluralidade de objetos, ciências, sentimentos de sua vida cotidiana faz uma experiência transcendental. Ele, essencialmente, experimenta em si uma dinâmica para algo mais, algo além do categorial, que por outro lado, é o que permite conhecê-los como tais<sup>209</sup>.

O autor do livro dos Atos dos Apóstolos diz: '*In ipso enim vivimus et movemur et sumus*' – 'Pois nele *vivemos*, nos *movemos* e *existimos*' (17, 28). Há três verbos de destaque nesse pequeno trecho; seguimos, aqui, a explicação de Raimon Panikkar: o primeiro verbo é *vivemos*; o autor explica que esse verbo nos remete à experiência fundamental de Deus como vida. Viver em Deus, ter experiência de Deus é reconhecer-nos nele como nós mesmos. Vivemos nele, com ele e dele. O segundo verbo é: *nos movemos*;

<sup>207</sup> Cf. RUBIO, Alfonso Garcia. *Encontro com Jesus Cristo vivo: um ensaio de cristologia para nossos dias*. São Paulo, Paulinas, 1994, p. 38.

<sup>208</sup> RAFFELT, Albert; RAHNER, Karl. *Fé Cristiana y sociedad moderna*. Madrid, Ediciones SM, 1987, p. 7.

<sup>209</sup> cf. RAHNER, K. *Esperienza di Dio oggi in scienza e fede Cristiana*. Roma, Paulinas, 1972, p. 221.



nos fala da experiência de Deus como movimento, como energia, como princípio vital. É a vida enquanto dinamismo incessante, é Deus enquanto força não fundada em nós mesmos. E o terceiro verbo: *somos*, expressa tanto o *ser* como o *estar* ou, o *existir*. Explica Panikkar: dizer que em Deus somos, é afirmar algo mais que nosso ser é recebido de Deus. Se somos em Deus somos enquanto ele é – enquanto participamos dele, precisarão alguns<sup>210</sup>. Assim, o centro regulador da vida do ser humano não é ele mesmo, mas o Espírito de Deus.

São Paulo fala que Jesus de Nazaré (o homem religioso) é a ‘imagem visível do Deus invisível’ (Cl 1, 15). Ele é o princípio do homem novo crístico, o *Amém* de Deus na humanidade. O ‘Reino de Deus em operação no meio de nós (Lc 17, 21). Diz também que todos aqueles e aquelas que, pela fé, foram batizados em Cristo Jesus, são filhos de Deus (cf. Gal 3, 26-27). Também aqueles e aquelas que são conduzidos pelo Espírito de Deus (cf. Rm 8, 14). Ou seja, o mistério da encarnação é a densidade de Deus na humanidade.

Observa Raimon Panikkar dizendo que, em nossos dias, emerge cada vez mais forte a dimensão experiencial (ou, mística) do cristão que chamamos de *cristiania*. Já não é o jurídico o importante (cristandade), nem o doutrinal o decisivo (cristianismo), mas a relação pessoal vivida com o mistério de Cristo<sup>211</sup>.

Desta mesma perspectiva do mistério humano, Edward Schillebeeckx fala de um “cristianismo sem eclesiologia no qual a solidariedade humana, a fraternidade entre os homens, se manifesta como a autêntica Igreja”<sup>212</sup>.

O SH em geral, e os cristão em particular são, em Cristo, o símbolo vivo do amor divino e facho sagrado de esperança viva no mundo da humanidade. Ou seja, como ‘fermento no meio da massa’ (Mt 13,33), como ‘sal da terra e luz do mundo’ (Mt 5, 13 e 14). Nesta realidade única e, ao mesmo tempo, complexa do ser humano que o Criador divino se comunica e se revela como Deus único na sua pluralidade e plural na sua unicidade.

<sup>210</sup> Cf. PANIKKAR, Raimon. *Ícones do mistério: a experiência de Deus*. São Paulo, Paulinas, 2007, p. 135-136.

<sup>211</sup> Cf. PANIKKAR, Raimon. *Idem*, p. 129.

<sup>212</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E. *Igreja e o humanidade*. In: CONCILIIUM, no 1 (1965), p. 51.

### 3.3.

#### Fundamentação teológica do “Sensus Fidei”

A base fontal como apoio do *sensus fidei* e/ou *sensus fidelium* encontra-se, de um lado, na Sagrada Escritura<sup>213</sup> – principalmente nos textos paulinos, joaninos, e na primeira epístola de Pedro – numa concepção de um povo sacerdotal (1Pd 2,9), que tem pensamento de Cristo (1Cor 2,16), os olhos do coração (Ef 1,18), o espírito da verdade (Jo 14,17; 16,13), a inteligência espiritual (Cl 1,9), e que cresce e amadurece a cada dia de forma equilibrada o seu amor entre o conhecimento e a sensibilidade (cf. Fl 1,9). E de outro, sua formulação antiga mais frequentemente citada no cânon de Vicente de Lerins – *commonitorium* – (século V) sobre o que foi crido em toda parte, sempre e por todos – *quod ubique, quod semper, quod ab omnibus* (Cânon 23).

O *sensus fidei* (a intuição individual *cheia de fé*) e *sensus fidelium* (consciência coletiva da fé) são o lugar teológico importante para a determinação da fé da Igreja, quando se acredita firmemente – com a dogmática católica em particular – que a Palavra de Deus e, portanto, as mensagens reveladas, foram confiadas a um povo sob uma forma viva. Não se deve isolar esse lugar teológico do magistério, e o magistério, por sua vez, não pode ignorá-lo, dado que só pode exercer-se em comunhão com ele e sendo o seu intérprete autorizado<sup>214</sup>.

A importância dada ao indivíduo como sujeito da fé (*sensus fidei*) não significa outra coisa, senão o reconhecimento, o resgate e a revalorização da capacidade (ou, a qualidade da experiência espiritual) de cada membro (cada batizado e batizada na sua relação pessoal com Deus) como elemento fundamental e indissolúvel na formação da unidade comunal de vida e fé eclesial (*sensus fidelium* e, até em certo grau, o *consensus fidei*).

A própria experiência de Jesus nos ensina que, seria impossível realizar uma comunhão verdadeira e profunda em qualquer nível, capaz de resistir o desafio, se não tivesse, antes de tudo, uma união sólida entre todos, com todas as suas diferenças: da pessoa consigo mesma, com o próximo e com Deus (cf. Mt 12, 25. 29). A traição de Judas Iscariotes foi uma amostra da fragilidade de uma união fraterna e que mancha a comunhão que Jesus tinha sofrido. E, assim, o apóstolo Paulo apela à unidade aos efésios (cf. Ef 4, 1-3) a ponto de terem força para resistir aos desafios internos e externos (cf. Ef

<sup>213</sup>Enumeramos alguns textos da Sagrada Escritura nos quais se baseiam as noções de *Sensus fidei*, *sensus fidelium* e *consensus fidelium*: 1Cor 2,16; Rm 11, 33s; Ef 1, 16-18; Jo 14, 16-17; 16,13; Cl 1,9; Fl 1,9; Jo 4, 6-8; 1Pd 2,9; Ap 5,9s.

<sup>214</sup>SESBOUÉ, Bernard. *O magistério em questão: autoridade, verdade e liberdade na Igreja*. Op. Cit., p. 113.

4,14). Somente em uma unidade sólida e bem fundamentada no espírito de amor *philia* que nasce a comunhão verdadeiramente fraterna e respeitosa, onde as diferenças inalienáveis são preservadas. Trata-se de uma convivência fraterna, compreensiva, harmoniosa e respeitosa, um inter-relacionamento de companheirismo e de solidariedade.

Essa unidade comunal e/ou comunidade unida só terá força suficiente para a sua sobrevivência na medida em que se cuida, a cada dia, da qualidade de suas relações e comunicações. Isto porque, “entre um e outro se estabelece ao longo de toda a história uma troca de comunicações mútuas, feita de acolhida e escuta por uma parte, de autenticação e de confirmação, pela outra”<sup>215</sup>.

Essa consciência individual (SF) da importância de unidade comunal e da relação comunicativa entre o divino e o humano, se percebe claramente na declaração de Jesus: “Eu e o Pai somos um” (Jo 10,30). Por isso reza para que haja a unidade entre os discípulos e, também à todos aqueles e aquelas que creram na sua palavra, a exemplo de sua própria união comunal com o Pai, no vínculo do Espírito Santo do amor afetivo, dizendo: “... guarda-os em teu nome que me deste, para que *sejam um* como nós”. E continua,

Não rogo somente por eles, mas pelos que, por meio de sua palavra, crerão em mim: a fim de que *todos sejam um*. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós para que o mundo creia que tu me enviaste (Jo 17,11. 21).

Tanto é que essa afirmação bíblica de unidade é também uma das características básicas (notas) da Igreja.

Fazendo coro com Orígenes, Dario Vitali define a “capacidade ou a consciência individual como senso superior, isto é, não físico, e que tem seu centro no *coração puro*”<sup>216</sup> – e profundo:

Segundo os termos da Escritura, existe uma espécie de senso divino. E isso geralmente envolve espécies – de todos os sentidos humanos: a visão, que pode definir a realidade superior [...] aos físicos; a audição, que capta os sons[...], que não estão no ar livre; o paladar, que aprecia o sabor do ‘pão’ que desceu do céu e dá vida ao mundo, assim como perfumes – ao olfato – de que fala Paulo, quando diz que é para Deus o suave odor de Cristo; o tato, graças ao qual João diz que ele sentiu quando tem tocado com suas próprias mãos o Verbo da vida<sup>217</sup>.

<sup>215</sup> Cf. Idem., *Ibidem*.

<sup>216</sup> O matemático e físico grego, Arquimedes (287-212 a.C), tinha dito que a razão (ou, a racionalidade) do coração é de tão sublime e tão forte, ao mesmo tempo, por isso mesmo é muito ampla e profunda que a razão do intelecto jamais alcançá-la.

<sup>217</sup> VITALI, Dario. Op. Cit., p. 150.

Trata-se de *nous* de Cristo, concedido ao crente pelo Espírito Santo, e não de um conhecimento de segunda ordem. É uma experiência concreta da revelação de Deus e não uma teoria racional, mas é a realidade palpável vivida pelo fiel. Uma realização experimental de vida da humanidade.

Para Karl Rahner, citado por Herbert Vorgrimler,

A revelação de Deus somente é escutada quando a comunicação de si mesmo, por parte de Deus, é experimentada e aceita, e isso não apenas como uma teoria, mas muito antes em uma realização experimental da vida humana<sup>218</sup>.

Para Felicísimo Martínez a 'fé comum (*sensus fidelium*) é a base da comunhão da e na Igreja<sup>219</sup> – povo de Deus. Assim, dizemos que a Igreja é a comunidade dos crentes re-unidos em Cristo. O conteúdo desta fé é o mistério da encarnação e da salvação que tem se revelado e realizado na morte e ressurreição de Jesus Cristo<sup>220</sup>.

Afirma também que quando um fiel diz *Amém* a Cristo individualmente como impressão de sua experiência da fé, uma ulterior dimensão está sempre envolvida: um *Amém* à fé de uma comunidade eclesial (ou, o cristianismo como um todo, ou como diz o Celso, citado pelo Angelo Di Berardino, a *grande Igreja*)<sup>221</sup>. E, assim, a pessoa que renasce no batismo e cresce e amadurece no crisma precisa chegar a conhecer as implicações de participar da vida divina dentro do corpo comunal de Cristo, que é o *Amém* do Deus Pai para com a humanidade inteira.

### 3.3.1.

#### Dados bíblicos

A Sagrada Escritura – tanto na aliança mosaica quanto na jesuânica – mostra que a ação reveladora do Espírito Santo, muitas vezes, acontece do lado de fora (cf. Nm 11, 25-29) do círculo do povo eleito, no meio de pessoas simples, que vivem na margem da sociedade onde a vida é desgraçada e injustiçada, na periferia dos centros urbanos onde a vida é improvisada, desnudada e desnutrida, e na fronteira onde a vida é desvalorizada e vendida.

<sup>218</sup> VORGRIMLER, Herbert. Op. cit., p. 12[382].

<sup>219</sup> Cf. MARTINEZ, Felicísimo. Op. Cit., p. 41.

<sup>220</sup> Idem, Ibidem.

<sup>221</sup> Cf. BEREDINO, Angelo Di. *Percurso de koinonia nos primeiros séculos cristãos*. In: CONCILIIUM, no. 291(2001), p. 46[348].

A comunidade mateana revela o quanto Jesus tem admirado a robustez da fé de um centurião: “Ouvindo isto, Jesus ficou admirado e disse aos que o seguiam: ‘Em verdade vos digo que, em Israel, não achei ninguém que tivesse tal fé’. Em seguida, disse ao centurião: ‘Vai! Como creste, assim te seja feito!’” (Mt 8,10). Enquanto para com os seus, Jesus os chamou de ‘homens fracos na fé’ (Mc 4, 40; Mt 8,26), ‘geração incrédula’ (Mc 9, 19).

Enquanto isso, a comunidade marqueana revela Jesus repreendendo seus discípulos que tentaram impedir a prática crística dos *seguidores anônimos*: “Não impeçais, pois não há ninguém que faça milagre em meu nome e logo depois possa falar mal de mim. Porque quem não é contra nós é por nós” (Mc 9, 38-40). E a comunidade lucana relata, ironicamente, a ação salvífica de um povo discriminado (os samaritanos), chamando-o de *bom*, como modelo de amor a Deus e ao próximo que o *povo eleito* deveria ter (Lc 10, 29-37).

Jesus tem demonstrado, ao longo de sua vida terrena, a importância de uma convivência saudável da vida de fé, porém sempre em tensão fecunda, capaz de produzir frutos graciosos de vida em abundância, que ultrapassa a racionalização intelectualizada, ou seja, para além da lógica do entendimento racional (cf. Mt 21, 21). Isto quer dizer que, a lógica da fé reside, não tanto no âmbito da racionalização especulativa da intelectualidade, mas, pelo contrário, no sabor da racionalidade do coração afetivo-efetivo, na decisão espontânea de deixar-se na mão do ‘Outro’. A característica de sua atitude fundamental é de entrega total.

Assim, a Igreja – povo de Deus é, afirma E. Schillebeeckx,

A salvação em forma visível; é o sinal repleto da realidade que significa. E os seus membros, portanto, só podem pecar na medida em que se esquivam de seu influxo santificador<sup>222</sup>.

A consciência da fé pessoal compartilhada e bem vivida como algo comum entre os crentes é capaz de transformar a ‘morte’ em vida, de superar as diferenças e reunir os dispersos, de criar novas relações de filialidade com Deus trino e formar uma união comunal fraterna entre a humanidade e, assim, efetuar o dom da salvação divina, no aqui e agora, e se estender para o além-vida (cf. Mc 5, 34; 10, 52. Lc 7, 50; 8, 48). Aqui, está a novidade evangélica, como testemunha o Paulo de Tarso: a formação de uma união comunal que ultrapassa as barreiras de todos os tipos e graus (cf. Gl 3,26-

<sup>222</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *O mundo e a Igreja*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1971, p. 239.

28), feito uma verdadeira igreja da humanidade, unida na solidariedade e corresponsabilidade (Ef 2, 13-16).

Santo Agostinho tem escrito a esse propósito:

Por meio daquilo que é comum ao Pai e ao Filho, quiseram que fôssemos unidos entre nós e com eles, e mediante este dom recolher-nos na unidade mediante o único dom que eles têm em comum, isto é, por meio do Espírito Santo, Deus e dom de Deus (Sermão 71, 12, 18). Esta união deve realizar-se também no plano social, entre as comunidades locais, e no plano doutrinal, a unidade da fé, dos sacramentos e da disciplina eclesial<sup>223</sup>.

Afirma Antônio José de Almeida que,

Essas considerações tiradas sobre a novidade do povo messiânico de Deus, é um povo no Espírito. Ele não se funda sobre os valores contingentes e limitativos, mas sobre princípios transcendentais e universalizantes. Por isso, pode e deve abrir-se para acolher e valorizar todas as riquezas das diversidades<sup>224</sup>.

### 3.3.2.

#### Dados dos primeiros séculos cristãos

O autor do livro dos Atos dos Apóstolos relata os episódios de convivência fraterna das comunidades cristãs recém-nascidas. Isto é, no espírito de partilha, de solidariedade e de apreço entre os irmãos, movido pela mesma fé (*sensus fidelium* e até *consensus fidelium*) a partir da vida, da morte e da ressurreição de Jesus de Nazaré e de Pentecostes, são congregados pelo mesmo Espírito para o testemunho (cf. At 2, 42) de vida do amor comunal.

Enquanto isso, o Apóstolo dos *gentios*, diz: “Não queremos dominar vossa fé, mas queremos contribuir para a vossa alegria” (2 Cor 1, 24; 13, 10). Esse espírito cooperativo e solidário de Paulo representa, sem dúvida, a maturidade de liderança cristã dos primeiros séculos do cristianismo, e reflete, igualmente a profundidade de assimilação da mensagem de aconselhamento do Mestre ao Pedro, quando diz: “Quando, porém, te converteres, confirma teus irmãos” (Lc 22, 32). A experiência individual de Deus (*sensus fidei*), no olhar do Apóstolo, é a riqueza para a edificação de convivência da vida de fé coletiva (*sensus fidelium*) que deve ser incentivada, apoiada, protegida, vivida e desenvolvida para o bem-estar de toda a humanidade.

<sup>223</sup> BERNARDINO, Angelo Di. *Percursos de koinonia nos primeiros séculos cristãos*. In: CONCILIUM, no. 291 (2001), p. 47[349].

<sup>224</sup> Cf. ALMEIDA, Antônio José de. *“Lumen Gentium”. A transição necessária*. São Paulo, Paulus, 2005, p. 208.

A esse fato de unidade comunal em torno da fé em Cristo Jesus, Angelo Di Bernardino diz que o Celso, um observador hostil ao cristianismo que viveu na segunda metade do século II, e que tem chamado o cristianismo de *grande Igreja*, “reconhecia que o elemento coagulante das várias comunidades cristãs era a sua fé em Cristo Jesus”<sup>225</sup>.

Quando o olhar volta para o começo da história da Igreja, percebe com clareza que a preocupação da comunidade-Igreja dos primeiros séculos cristãos, principalmente, nos escritos dos Padres, é, sobretudo, a comunhão na verdade da fé. Afirma Paul Tihon que,

A experiência de Igreja dos primeiros cristãos é, antes de tudo, a da comunhão na acolhida da mesma mensagem: o mistério da chegada do Reino de Deus no acontecimento da vida, da morte e da ressurreição de Jesus de Nazaré<sup>226</sup>.

A Igreja primitiva é, portanto, fundamentada, inteiramente, na tradição apostólica<sup>227</sup>, conservando, deste modo, todos os seus elementos constitutivos: profissão de vida de fé, o Batismo<sup>228</sup>, a celebração de vida compartilhada (comensalidade), a comunhão ativa e a participação efetiva de todos os fiéis na vida da comunidade-Igreja, a reunião em assembleia, a difusão da Boa-Nova de Jesus Cristo e a prática de amor-caridade, principalmente a preocupação constante para com os mais necessitados.

O centro regulador da vida e ação de todos os crentes em Deus-Amor-libertador-e-salvador era o próprio Javé, sua Palavra-Vida e a fé do povo, que é o seu *amém* ao *Sim* de Deus, tanto na Aliança Mosaica (Lv 26, 11; Ez 37, 27) como na Aliança Jesuânica (Mt 18, 20; cf. também, 2 Cor 6, 16; Hb 8, 10). E assim, toda a falsa comunidade que não possui este centro divino, como também aqueles que desviam dele e/ou recusam-no para seguir seus próprios costumes e regras (doutrinas), tem de sucumbir (cf. Gn 11, 6; Mc 8, 38; Mt 12, 36; Lc 9, 26; Jo 5, 24; 8, 32).

<sup>225</sup> BERNARDINO, Angelo Di. Idem, p. 46 [348].

<sup>226</sup> Cf. TIHON, Paul. A Igreja. In: SESBOÛE, Bernard -(direção). *Os sinais da salvação (séculos XII – XX)*. São Paulo, Loyola, 2005, p. 298.

<sup>227</sup> Por tradição apostólica aqui entendemos, são os escritos mais antigos (coleções de homilias e exortações, etc.) dos Padres – apostólicos, gregos e latinos – feitos logo após a conclusão dos escritos da Aliança Jesuânica, como os de Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Policarpo de Esmirna, Pápia de Gerápolis, Pseudo-Barnabé (este normalmente considerado mais como apócrifo do que patrístico), Diogneto, Pseudo-Clementina e Pastor de Hermas, assim, conforme a classificação no estudo de patrologia (do século II-VII).

<sup>228</sup> A administração do Batismo desde o princípio do nascimento da Igreja, foi uma prática comum para testemunhar a fé. Era uma forma de inserção e adesão, a regeneração de vida nova em Cristo, uma atitude de entrega espontânea a Cristo Jesus e seu Evangelho. Também era um testemunho público de pertença à vida comunitária, guiada, animada e encorajada pelo Espírito do Ressuscitado, o Cristo morto e glorificado, que é o mesmo Jesus de Nazaré. E assim, batizar era o sinônimo de *con-versão* (atitude de entrega voluntária e acolhimento pela comunidade) e de mudança de vida; cf. JUSTINO, I Apologia 61.

### 3.3.3.

#### Os problemas hermenêutico-teológicos

Aqui entendemos por problemas de ordem hermenêutica tanto os de nível histórico quanto teológico. Perguntamos, primeiramente, pela função e autoridade – doutrinária – dos fiéis na Igreja de Cristo. E, depois, sobre até que ponto a Igreja docente (magistério hierárquico) se entende como voz dos que não tem voz – nem vez na Igreja-instituição. Para responder a essas questões, nos baseamos na reflexão de H. Vorgrimler.

Sobre a autoridade doutrinária dos fiéis na Igreja, H. Vorgrimler sintetiza o testemunho bíblico sobre a reflexão pós-pascal da seguinte forma:

O Espírito de Deus produz a fé, vivifica-a de maneira diferenciada, e faz provir dela os concretos frutos<sup>229</sup>.

Partindo desse testemunho da vida de fé bíblica, o autor argumenta que,

Nessa reflexão pós-pascal não se diz que haja quaisquer privilégios ao conhecimento da fé, de modo que alguns tivessem uma fonte própria para seus conhecimentos ou desfrutassem um conhecimento melhor, mais amplo ou mais profundo do que os outros [...], ou conhecimentos secretos, seja por causa de sua posição ou da sua função que desempenham na comunidade e para a comunidade. E, conclui, o cristianismo dos primórdios resiste à tentação elitista e esotérica<sup>230</sup>.

Essa afirmação corresponde, sem dúvida, com a prática de Jesus, como já refletimos anteriormente, e que nos revela que a fé de cada crente tem seu valor salvífico fundamental e decisivo, mas não é exclusivo, pois o dom do Espírito Santo é tanto para a vida do indivíduo quanto para a do coletivo e, portanto, é imprescindível para a formação da unidade comunal de vida fraterna<sup>231</sup>.

Jesus mostrou-se como um líder-servo-solidário-compassivo disposto a escutar atentamente a cada uma/um recolhendo suas experiências de fé e, depois, retransmiti-las, em forma de diálogo, em benefício da vida e salvação daquela e daquele que crê (Mc 10, 52). Ou seja, cada filho e filha de Deus são, para Jesus, o destino e o portador da revelação da graça divina e,

<sup>229</sup>VORGRIMLER, Herbert. Op. Cit., p. 6[376] – 7[377].

<sup>230</sup>idem, ibidem, p. 7[377].

<sup>231</sup>cf. VELASCO, Rufino. *A Igreja de Cristo: processo histórico da consciência eclesial*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 255.



portanto, tem seu papel fundamental na edificação da convivência da vida de fé comunitária. Todos se colocam no mesmo valor de igualdade e dignidade, ninguém é superior a ninguém (Mt 23, 8-10), pelo Espírito, são todos filhos de Deus no Filho primogênito (Rm 8,14-15), portanto, são irmãos e amigos, em Cristo, de um e único Pai celeste. E assim, "Cristo veio descobrir a novidade do mais antigo e originário do homem, feito à imagem e semelhança do Pai"<sup>232</sup>. É a 'doutrina nova' (cf. Mc 1, 27) trazida por Jesus de Nazaré, o Cristo-irmão misericordioso.

Tanto é que o apóstolo Paulo, no exercício de sua *diakonia*, escreveu sua segunda carta aos Coríntios, garantindo sua própria atitude como servo de Cristo perante o povo, dizendo: "Não queremos dominar vossa fé, mas queremos contribuir para a vossa alegria" (2Cor 1,24; 13,10)<sup>233</sup>. Essa afirmação paulina encontra sua fonte no aconselhamento do Mestre ao Pedro: "Quando, porém, te converteres, confirma teus irmãos" (Lc 22,32).

Tanto na comunidade fraterna do discipulado em gestação (o movimento inicial do discípulo-seguidor de Jesus de Nazaré), quanto no período apostólico da comunidade missionária em dilatação (o começo das atividades missionárias dos apóstolos-discípulos, no tempo do Espírito) nos demonstram que cada pessoa é sujeito ativo de fé na comunidade. Assim, como observa Christian Duquoc: a "atitude verticalista (de cima para baixo, ou seja, a imposição) da Igreja-hierarquia em relação à vida de fé já não é mais aceita pelo povo em qualquer circunstância"<sup>234</sup>. A experiência é, portanto, a torneira aberta onde corre a água da vida de Deus para a vida o mundo, de modo especial à humanidade.

Leonardo Boff afirma que pela fé e pelo batismo cada fiel é inserido no mistério de Cristo. Participa dos três serviços fundamentais com os quais o Senhor realizou sua missão no mundo: a profecia (palavra e testemunho), o sacerdócio (celebrações e culto) e o reinado (organização e dilatação da Igreja). Citando a Tradição Apostólica de Hipólito (± 250), L. Boff diz ainda que, esta inserção permitia, na Igreja antiga, uma participação atuante dos

<sup>232</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, Vozes, 1976, p.104.

<sup>233</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder – edição revistada*. Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 135.

<sup>234</sup> DUQUOC, Christian. *O povo de Deus, sujeito ativo da fé na Igreja*. In: CONCILIUM, no. 200 (1985), p. 78[448].

batizados-não-ordenados nas decisões da Igreja, por exemplo, na ordenação de um bispo<sup>235</sup>.

Diz também que na Tradição Apostólica de S. Cipriano, “uma eleição episcopal sem o sufrágio do povo é ilegítima” (*Epistula* 67,5)<sup>236</sup>. Também conforme o documento do Concílio de Reims (1049) que estipulava que, “ninguém seja promovido ao governo eclesiástico sem ser eleito pelo clero e pelo povo”. E conclui, citando o adágio antigo que diz: “tudo o que diz respeito a todos, deve poder ser escolhido e decidido por todos” (*consensus fidelium*)<sup>237</sup>.

A questão da pureza doutrinal e a necessidade de haver certos encarregados oficiais para o trabalho de conservação da experiência da fé apostólica, segundo Christian Duquoc, surgiram só no momento de turbulência interna (‘heresias’), como mostram os escritos tardios da Aliança Jesuânica<sup>238</sup>.

Afirma ainda o autor que a concepção concorde dos fiéis desde os bispos até os últimos fiéis dentre os leigos era para eles um critério da autenticidade e da veracidade de uma declaração da fé, como diz santo Agostinho: o dogma *populare*<sup>239</sup>.

Em relação à autoridade doutrinária do conjunto dos fiéis, hoje, segundo H. Vorgrimler, isso seria impossível, mesmo se o magistério atual considerasse e tratasse os teólogos já não conforme o modelo de delegação, mas conforme o modelo de cooperação, mesmo assim nada se declararia sobre uma autoridade doutrinária do conjunto dos fiéis<sup>240</sup>. Ou seja, mesmo depois de quase cinquenta anos do Concílio Ecumênico Vaticano II e os batizados-não-ordenados continuam vivendo na margem, na fronteira e na periferia da Igreja, são como membros passivos que ativos, são anônimos, cliente e torcedor do espetáculo.

Para Bernard Cooke, o obstáculo do engajamento dos fiéis na Igreja de Cristo consiste na dificuldade hermenêutica interna. O autor aponta quatro grupos diferentes dentro da comunidade eclesial, cada qual com sua concepção sobre a Igreja: a) o grupo do clero, muitos deles em altos postos hierárquicos, e que tem sua concepção de Igreja como instituição divina, se

<sup>235</sup>Cf. BOFF, Leonardo. *A colegialidade de todo o povo de Deus. Uma interrogação a partir da prática*. In: REB., Fsc. 183 – setembro (1986), p. 655.

<sup>236</sup>BOFF, Leonardo. Idem, p. 655.

<sup>237</sup>Idem., Ibidem.

<sup>238</sup> Cf. DUQUOC, Christian. *O povo de Deus, sujeito ativo da fé na Igreja*. Op. Cit., p. 7[377].

<sup>239</sup> Cf. Idem., Ibidem. P. 7[377].

<sup>240</sup> cf. VORGRIMLER, Herbert. Op. Cit., p. 8[378].

identifica como responsável e atuante e, portanto, como elemento autoritativo na Igreja; b) existem, igualmente, grupos de leigos, que não se apoiam em nenhum argumento eclesiológico formal, aceitam, no entanto, essa teoria de superioridade clerical, mesmo demonstrando-se, muitas vezes, indóceis diante do seu pastor; c) há ainda grupos de clero que tentam interpretar “os sinais dos tempos”, trabalhando para a formação das comunidades cristãs onde haja pluralidade de papéis mas não diferenças de classes. Muitos deles estão trabalhando sem adequada elcesiologia, tendo apenas uma vaga ideia do Vaticano II sobre o novo rumo para a Igreja, porém sem plena convicção de que o futuro da Igreja depende de um novo engajamento do laicado na vida eclesial; d) e, enfim, o último grupo, mais heterogêneo e de certo modo menos seguro de si mesmo (os não-ordenados) que estão convictos de seu papel como cristãos, voltados para a transformação do mundo, como determina a ideologia da Igreja-institucional. Muitos deles se frustram quando os seus esforços, por darem nova vida às paróquias ou iniciarem novos e indispensáveis ministérios, esbarram na incompreensão ou na recusa dos seus pastores e dos co-paroquianos<sup>241</sup>.

Sobre o papel da Igreja docente como porta-voz do povo, Herbert Vorgrimler fala de uma rivalidade entre os especialistas teológicos (seria a disputa entre os teólogos da academia e os do magistério hierárquico) sobre a questão da fé do povo: para os teólogos da academia, seria melhor se a fé do povo fosse abolida, por terem eles a tarefa de formulá-la perante o magistério. Enquanto isso, os representantes do magistério afirmaram que é seu dever proteger o povo e sua fé perante a teologia especializada. E conclui, dizendo que “ambos ficam devendo a prova de “simples fiéis” queiram ser representados por eles”<sup>242</sup>. Essa realidade nos revela o pano de fundo que motiva a disputa: o fascínio do poder, da posse e do prestígio, que São Paulo já tinha considerado como lixo por causa de Cristo (Fl 3,8)

### 3.3.4.

#### “Sensus Fidei” e/ou “sensus fidelium” no Vaticano II

Um dos avanços mais importantes do Vaticano II, além de recolocar a Igreja no seu eixo fundador, compreendida como Igreja povo de Deus em

<sup>241</sup>cf. COOKE, Bernard. *Obstáculo ao engajamento dos leigos*. In: CONCILIUM, no. 200 (1985), p. 70[440] -71[441].

<sup>242</sup>VORGRIMLER, Herbert. Op. Cit., p. 10[380].

comunhão, foi a renovada atenção que se prestou à pneumatologia (teologia do Espírito Santo). Ou seja, a Igreja vista numa perspectiva trinitária, isto é, a unidade comunal global: da humanidade entre si, com o cosmos e com Deus triuno onde a Palavra de Deus, a Fé e Jesus Cristo como centro de vida cristã.

Para este objetivo, José Comblin apela, por sua vez, à volta do *sensus fidelium*, para que readquire o seu lugar central na vida da Igreja como nos primeiros séculos dos cristãos: Jesus Cristo, a Palavra de Deus e a fé do povo:

O *sensus fidelium* deve readquirir lugar central entre os critérios do discernimento da fé, o consentimento do povo de Deus deve retomar incidência efetiva no *iter* de formação da vontade eclesial, a recepção não pode ser uma sede decisiva de verificação da validade das orientações das Igrejas<sup>243</sup>.

Os documentos do Vaticano II apresentam em diversas passagens que aparece o conceito de *sensus fidei* e/ou conceitos que lhe são afins. Encontram-se textos fundamentais sobre o *sensus Fidei* nos documentos do Vaticano II, principalmente na *Lumen Gentium* 12a, onde aparece o conceito de *sensus fidei* como tal, e *Dei Verbum* 8b, que fala de *sensus fidei* em relação à teologia e ao magistério hierárquico.

Analisamos, de forma breve, os dois documentos principais que falam do *sensus fidei*:

### 3.3.4.1.

#### **Lumen Gentium (nº 12a)**

O documento conciliar fala que todo o povo (isto é, a totalidade dos fiéis, ordenados e não-ordenados, mulher e homem, casadas/os e celibatárias/os) ‘participa da função profética de Cristo’. Implica, portanto, em dizer que o *sensus fidei* não é exclusivo de um determinado grupo (no caso, dos *leigos* ou, do clero): é de todos que têm nome de cristão e/ou cristã (*universitas fidelium*): desde os Bispos até ao último dos fiéis. Esta colocação é, sem dúvida, a terceira *virada copernicana* feita pelos padres conciliares. Pois todo o Povo de Deus, em virtude do Batismo, é destaque da Igreja através do testemunho de vida, e não somente a hierarquia (ou, o clero).

<sup>243</sup> COMBLIN, José. *O povo de Deus – 2ed.* São Paulo, Paulus, 2002, p. 357.

Estes fiéis ‘receberam a unção do santo’ (cf. Jo 2, 20. 26). O Concílio ensina que o *sensus fidei* é, antes de tudo, um dom do Espírito Santo, isto é, um *supernaturalis sensus fidei*. No entanto, não se trata de um carisma dado a este ou àquele indivíduo em particular, mas à totalidade dos fiéis. É esta graça peculiar do Espírito Santo que leva todo o povo de Deus a ‘manifestar consenso universal em matéria de fé e costumes, ou seja, consenso que reflete o caráter universal da Igreja’. Aqui, seria a terceira virada copernicana na Igreja conciliar do Vaticano II.

O documento conciliar *Lumen Gentium* diz que a totalidade dos fiéis, isto é, de todos os batizados e batizadas, ‘não pode enganar-se no ato da fé’ (LG, 12), tanto no ato de ensinar quanto no do crer. Como se relaciona à dimensão profética da vida cristã, *sensus fidei* é a garantia dada, pelo Espírito, da infalibilidade de toda a Igreja. O dogma da infalibilidade magisterial solene do papa (*in docendo*), proclamado no Concílio Vaticano I (1869-1870) foi uma enunciação unilateral. E que o Vaticano II, buscou, por sua vez, equilibrar esta visão de unilateralismo, com sua declaração de que também o colégio episcopal goza da garantia de infalibilidade dada pelo Espírito.

E, assim, a Congregação para a Doutrina da fé afirma que a infalibilidade *no ato de crer* (*in credendo*) é atributo de toda a Igreja (a estrutura e a base, o varão e fêmea da *Ecclesia*)<sup>244</sup>. Mas também a infalibilidade no ato de ensinar (*in docendo*) de todos os membros da Igreja, portanto, não somente a tarefa da hierarquia, em virtude da atuação do Espírito Santo em todos e todas.

Dario Vitali, citando M.-J. Scheeben, afirma que num,

Certo sentido podemos também afirmar que esta infalibilidade pertence mais diretamente ao corpo dos fiéis do que o corpo docente propriamente. E justifica, dizendo que, a afirmação de semelhante propósito é por causa da ação direta do Espírito Santo que preserva do erro o corpo dos fiéis. A hierarquia, na opinião do autor, assume, contudo, a função instrumental<sup>245</sup>.

<sup>244</sup> Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Declaração *mysterium Ecclesiae* (24/06/1973), n<sup>o</sup> 2b: ‘O próprio Deus, que é absolutamente infalível [...] dignou-se comunicar a seu novo Povo, que é a Igreja, uma certa infalibilidade participada. Esta diz respeito somente às questões de fé e costumes; ela é efetiva, quando o Povo de Deus todo inteiro apega-se firmemente a um ponto doutrinário correspondente a estas questões; ela está enfim em contínua dependência da sábia Providência e da unção da graça do Espírito Santo que dirige a Igreja para a plenitude da verdade até a vinda gloriosa de seu Senhor’.

<sup>245</sup>VITALI, Dario. *Sensus fidelium. Una funzione ecclesiale di intelligenza della fede*. Idem, p. 372.

A afirmação acima nos dá a impressão de dois tipos de infalibilidades na Igreja: a infalibilidade no ato de ensinar – *in docendo* (própria da hierarquia: papa e os bispos)<sup>246</sup> e a infalibilidade no ato de crer – *in credendo* (própria de todos os batizados e batizadas). No fundo, estamos falando da mesma realidade da *Ecclesia*. Pelo mérito da ação do Espírito Santo os não-ordenados também ensinam na Igreja e seus ensinamentos também possuem caráter de infalibilidade.

No documento *Dei Verbum* fala-se de que o poder doutrinal não é um objetivo em si mesmo: trata-se de um serviço dentro da comunidade e para a comunidade eclesial<sup>247</sup>. É bom recordar que os padres conciliares de Trento partem frequentemente da infalibilidade *no ato de crer* da comunidade eclesial (*in credendo*), para, depois, deduzir a infalibilidade da Igreja *no ato de ensinar* (*in docendo*). O magistério está, portanto, a serviço da fé eclesial<sup>248</sup>.

É o Espírito Santo que desperta e sustenta o *sensus fidei*. Não se trata de uma ação mágica de uma entidade espiritual<sup>249</sup>, mas de um fruto que decorre da permanência do Espírito no interior da comunidade-Igreja. Assim, o mesmo Espírito que pairava sobre as águas quando da criação (Gn 1, 2), paira, da mesma forma, sobre a Igreja, continuamente.

O apóstolo Paulo fala, na carta aos Gálatas (5, 19-23), das *obras* da carne (em plural), e do *fruto* do Espírito (em singular). É a presença constante do Espírito Santo na Igreja que promove a integração, a união e a comunhão plural. Paulo fala, igualmente, dos aspectos da vivência eclesial, fruto do Espírito, como “amor, alegria, paz, longanimidade, bondade, benignidade, fidelidade, mansidão e domínio próprio” (cf. Gl 5, 22<sub>s</sub>).

A revelação da verdade da fé pelo Espírito Santo não se limita no corpo do magistério hierárquico como órgão exclusivo e privilegiado<sup>250</sup>, dotado de dom infalível para executar o ato de ensinar (*in docendo*), muito pelo contrário, a ação do Espírito Santo, como nos revela o relato bíblico, age

<sup>246</sup>Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Idem*, n<sup>o</sup> 2e. cf. também, SULLIVAN, F. A. *Magisterium: Teaching authority in the Catholic Church*. Mahwa (NY), Paulist Press, 1983, p. 27-28.

<sup>247</sup> Cf. DV, 10b.

<sup>248</sup> Cf. VITALI, Dario. *Op. Cit.*, p. 372.

<sup>249</sup> A esse propósito, cabe citar aqui JOÃO PAULO II, Papa. Ap. *Catechesitradendae* (16/10/1979), no. 72h: ‘A renovação no Espírito, efetivamente, será autêntica e terá na Igreja verdadeira fecundidade, não tanto na medida em que ela suscitar carismas extraordinários, na medida em que levar o maior número de fiéis, pelos caminhos da vida de todos os dias, ao esforço humilde, paciente e perseverante de conhecerem cada vez melhor o mistério de Cristo e darem testemunho dele’.

<sup>250</sup> Cf. VORGRIMLER, Herbert. *Op. Cit.*, p. 7[377]. Cf. também ESPIN, Orlando O. *A fé do povo: reflexões teológicas sobre o catolicismo popular*. São Paulo, Paulinas, 2000, p. 121 e 149. PERALTA, José Jorge. *Igreja, povo de Deus em marcha*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1967, p.171.

muitas vezes pelo *lado de fora* do ciclo *oficial* e atinge a totalidade dos fiéis que receberam a unção do santo (cf. 1Jo 2, 20.27). E assim, a Igreja-Povo de Deus na sua totalidade, não só ensina, mas também é ensinada, ou seja, a Igreja coaprendiz<sup>251</sup>, a exemplo do Mestre de Nazaré, dado que o caminho de Deus é misterioso, longe da compreensão lógica intelectualizada do homem qualquer. Assim, Deus usa, até o *adversário* para distribuir a sua graça enquanto as famílias, os amigos e irmãos se traíndo, praticando a infidelidade e violência (cf. Esd 1, 1-4; Gn 4, 1-8; 2Sm 11, 1-5; Mc 14, 10).

O povo, hoje, não aceita mais a distinção tradicional da *ecclesiadocens* (*ecclesiahierarchica*) e *ecclesiaaudiens* ou *ecclesiadiscens*, enfatizada, principalmente, nos séculos XVII e XIX. Toda a Igreja, hoje, é o Povo de Deus em união comunal que ouve e ensina. Pois, o Espírito Santo, como Espírito da verdade, anima toda a Igreja, conduz toda a Igreja à plenitude da verdade e mantém toda a Igreja na verdade.

Com o dom de Deus, aos fiéis são ‘concedidos o pleno conhecimento de sua vontade, a perfeita sabedoria e penetração espirituais. Assim, se comportem de maneira digna do Senhor, procurando agradar-lhe em tudo, frutificando em todas as boas obras e crescendo no conhecimento de Deus’ (cf. Cl 1, 9-10).

Para Hans Waldenfels o “*sensus fidei* ou senso da fé (consciência individual) apareceria agora verdadeiramente como um senso orientador da vida do homem que crê”<sup>252</sup>. Como observa Bernard Sesboué dizendo que, “em um momento onde o magistério colegial dos bispos estava seriamente obscurecido, foi a fé do povo que assegurou a sua manutenção”<sup>253</sup>. Assim foi a fé de Abraão, de Moisés e, por fim, a fé de Jesus de Nazaré, o Cristo morto e ressuscitado. Não há o coletivo sem indivíduo e nem este sem o coletivo.

### 3.3.4.2.

#### Dei verbum (nº. 8b)

Esta tradição, oriunda dos Apóstolos, progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo (cf. Conc. Vat. I, Const. Dogm. Dei Filius, Dz 1800 [3020]). Cresce, com efeito, a compreensão tanto das realidades como das palavras transmitidas, seja pela contemplação e aplicação dos que creem, os quais as meditam em seu coração (cf. Lc 2, 9.51), seja pela íntima compreensão das coisas espirituais que experimentam, seja pela pregação daqueles que com a

<sup>251</sup> Cf. GS, 43.

<sup>252</sup> Para esse propósito, cf. WALDENFELS, Hans. *Autoridade e conhecimento*. In: CONCILIUM, no. 200 (1985), p. 36([406] – 48[418]).

<sup>253</sup> Cf. SESBOUÉ, Bernard. *O magistério em questão: autoridade, verdade e liberdade na Igreja*. Petrópolis, Vozes, 2004, p.115.

sucessão do episcopado receberam o carisma seguro da verdade. É que a Igreja, no decorrer dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, que nela se consumem as palavras de Deus.

Percebe-se que o progresso da tradição, que se dá 'sobre a assistência do Espírito Santo', identifica-se com o 'desenvolvimento do dogma'. O depósito da fé, *quod se*, é imutável; *quod nos*, progride.

O progresso na inteligência da fé está sujeito à unidade íntima das três funções: a teologia (ou, melhor dizer, a reflexão teológica), o *sensus fidei* (a consciência da fé) e magistério hierárquico.

Observa Medard Kehl, dizendo que,

O específico do consenso eclesial está evidentemente no fato de que ele não cresce a partir de baixo, na base de uma formação de opinião e de maioria surgida no livre jogo dos argumentos, mas no assentimento comum ao previamente dado na pregação da fé, tal como se expressa fundamentalmente na Escritura, na tradição que a interpreta e na doutrina eclesial que a formula vinculativamente<sup>254</sup>.

A 'contemplação e estudo dos crentes', a 'íntima inteligência' que os fiéis experimentam das coisas espirituais, e 'a pregação dos bispos' não são funções impenetráveis: dizem respeito à totalidade da vida eclesial e as três na mesma direção em busca do mesmo objetivo final: o bem de todo o Povo de Deus, indivíduo e o coletivo.

O papel do *sensus fidei*, nesse sentido, serve como ponte que liga os polos: o acadêmico e o magistério com a experiência de fé de todos os batizados. Isto, quer dizer que, o papel da teologia como aquele que recolhe e elabora a experiência de fé do povo, tanto quanto, o do magistério como depósito do bem divino é, antes de tudo, o compromisso a serviço da e para a comunidade dos crentes.

Desta forma a "Igreja, ao longo dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que nela se concretizem as palavras de Deus"<sup>255</sup>.

<sup>254</sup>KEHL, Medard. *A Igreja: uma eclesiologia católica*. São Paulo, Loyola, 1997, p. 137.

<sup>255</sup>A esse propósito, cf. GS 43b: [os leigos] não julguem serem os seus pastores sempre tão competentes que possam ter uma solução concreta e imediata para toda questão que surja, mesmo grave, ou que seja esta a missão deles'.



### 3.3.4.3.

#### Tensão entre a Tradição e recepção

É impossível falar-se em Igreja sem ter uma clareza do significado e uma compreensão sadia do conceito de Tradição eclesial. A Tradição, que vem do verbo latim, *tradere*, que quer dizer entregar, transmitir, transferir, ou fazer passar, portanto, não tem nada de conotação negativa como tradicionalismo (no sentido estático). Ela é mais dinâmica, viva e sempre em tensão fecunda, por isso progride constantemente, atualizando-se e adaptando-se conforme o contexto vivido. Tradição eclesial significa, portanto, entregar a outra pessoa o que foi recebido. Trata-se de dinâmica de transferência, de entrega, de transmissão do conteúdo da experiência da vida de fé cristã ao longo do tempo.

Apoiando-se em W. Kasper, J. B. Libanio diz que a “tradição está na raiz de todo o corpo social. E a Igreja só pode viver se haurir na tradição sua vitalidade. Pois não se pode começar sempre da estaca zero”. E, conclui, a “tradição só pode ser transmitida como algo que diz relação ao futuro, não como uma mera peça de museu; só se conserva no ato de apropriar-se dela no presente em vista do futuro. Sua renovação é condição de sua conservação”<sup>256</sup>.

A recepção, do latim, *receptio*, que significa ato de receber, de acolhimento, de aceitação e/ou de admissão. Dentro desta tensão entre *triditio* e *receptio* que dinamiza e que se faz viva a Igreja de Cristo. Neste sentido, o *sensus fidei* tem papel fundamental: trata-se de uma função *integrativa* que estabelece o passado e o presente em vista do novo.

O *sensus fidei* não significa, portanto, a passividade; pelo contrário, é vocação eclesial para uma postura de autêntica atitude de preservação daquilo que é mais genuíno na experiência da vida de fé cristã.

### 3.4.

#### A importância do “Sensus Fidei” na Igreja povo de Deus

Os evangelistas revelam Jesus enfatizando ora, a importância da consciência da fé individual, ora, a consciência de fé coletiva (cf. Mc 2, 5; 5, 34; 9, 24; Mt 17, 20; 18, 20; Lc 5, 17-26; Mt 14, 31). O autor bíblico do Proto-

<sup>256</sup> Cf. LIBANIO, João Batista. *Teologia da revelação a partir da modernidade*. São Paulo, Loyola, 1992, P. 413.

Evangelho, no relato da criação da humanidade, por exemplo, demonstra o mesmo dinamismo (cf. Gn 2, 18; 1, 26). A comunidade lucana revela a profunda confiança espiritual ou, a ‘intuição cheia de fé’ de Jesus quando fala de sua missão divina na humanidade, principalmente sua atitude de compaixão-misericórdia para com os mais necessitados (cf. Lc 4, 18-19. Também, Mt 11, 2-6).

Mas, qual, afinal, a importância do *sensus fidei* e/ou *sensus fidelium* na vida da Igreja? Em que medida a teologia do Espírito Santo (pneumatologia) pode e deve contribuir para a superação da falsa separação entre a ‘Igreja-institucional’ e ‘Igreja carismática’? Como seria a Igreja de Cristo a partir do Vaticano II, se levando em consideração o *sensus fidei*?

R. Velasco diz que,

A novidade mais profunda – e, portanto, mais desafiadora – do movimento de Jesus, consiste, exatamente, em que Jesus se atreva, chamar a Deus *ABBA*, que segundo os exegetas, quer dizer, ‘papai’ (Mc 14,36), com todas as ressonâncias de amor, de ternura e de intimidade cordial que a palavra suscita<sup>257</sup>.

Jesus foi ainda mais longe, a ponto de chamar a Deus usando o termo preferencial ou, predileção (de pertencente): de Pai e/ou de *meu* Pai (Mt 7, 21; 10, 32; 11, 27. Lc 10, 22; 23, 46. Jo 10, 30).

A atitude de Jesus nos revela o quanto a importância da consciência da fé na vida de cada indivíduo e a sua implicância na convivência co-relacional e dialogal com os outros e os demais. Nesse sentido, o *sensus fidei* é, como afirma Hans Waldenfels, “como senso orientador (ou a força ordenadora) da vida do homem que crê”<sup>258</sup>. A consciência da fé e a prática de caridade são alicerces de vida dos crentes cristicos (cf. Mt 7, 21; Lc 6, 46-49), feitos duas mãos de Deus em sintonia, na contínua edificação do Reino de Deus no mundo.

A importância do *Sensus fidei* na vida da Igreja-Povo-de-Deus consiste, portanto, na contínua busca pela superação daquilo que Jan Walgrave chama de dicotomia entre a *ecclesiadocens* (a quem cabia o monopólio exclusivo do pensar e falar em todas as questões eclesiais) e a *ecclesiadiscens* (a

<sup>257</sup> VELASCO, Rufino. Idem, p. 28

<sup>258</sup> Cf. WALDENFELS, Hans. *Autoridade e conhecimento*. In: CONCILIUM, no. 200 (1985), p. 47[418]. Segundo autor, é obvio que não pode haver *consensus fidelium* com exclusão dos detentores do magistério. Mas ele não é nem resultado do esforço do magistério nem se efetua pela adesão ao magistério autêntico. E, conclui, o ‘*sensus fidelium* não descreve a Igreja ouvinte em oposição à docente’. Como articulação do *sensus fidei* da parte de muitos, é ele mesmo imediatamente uma expressão da autoridade dos fiéis efetuada pelo Espírito. (cf. Idem, p. 47[417] – 48[418]).

quem cabia o único direito e dever era ouvir e submeter-se e agir de acordo)<sup>259</sup>.

Também na luta pela superação da falsa separação entre 'Igreja-instituição' e 'Igreja carismática'. Afirma Medard Kehl, que é o,

Mesmo Espírito, que opera essa igualdade fundamental de todos os fiéis, produz ao mesmo tempo também diferenciação e variedade. O Espírito Santo manifesta-se eclesialmente precisamente na variedade dos carismas (1Cor 12, 4; Rm 12, 6-8; 1Cor 7,7), nos quais se vive em cada qual de maneira diversa a plenitude comum operada pelo Espírito Santo para a edificação da Igreja' (LG 7,12)<sup>260</sup>.

E, assim, a instituição (hierarquia) conserva e gera o dom da graça carismática de Deus e o carisma, por sua vez, socializa a vivência institucional do amor salvífico, operado pelo mesmo Espírito.

Como um dos objetivos principais do Concílio Vaticano II é a reintegração da unidade entre todos os cristãos<sup>261</sup>, *sensus fidei* tem contribuído, igualmente, na busca pela superação das divergências históricas, teológicas e culturais, entre as igrejas cristãs, cooperando, assim, para a paz mundial.

Tem contribuído, também, no resgate, na valorização e no fortalecimento dos movimentos ecumênicos já existentes que nasceram à margem das Igrejas, nos ideais e na atuação de cristãos *leigos* e cristãs *leigas* que tinham desenvolvido o profundo espírito do diálogo e a aspiração e inspiração da unidade comunal.

Tais movimentos tiveram seu desenvolvimento através das associações por eles criadas, a partir da segunda metade do século XIX, por exemplo, a associação cristã de moços e moças, na Inglaterra (em 1844) e nos Estados Unidos (em 1854); a Federação Mundial de Estudantes cristãos (em 1895); as Ligas Missionárias (que resultaram na criação do Conselho Missionário Internacional (em 1921), entre outros.

No âmbito católico, o Papa Leão XIII, ao promulgar a encíclica *Provida Mater*, em 1895, instituiu um tempo de novena pela reconciliação dos cristãos (entre Ascensão e Pentecostes), que foi estabelecido dois anos depois, e que existe até hoje. Foi fundado, também, no Brasil, em 1982, o conselho ecumênico conhecido como CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs); e o CLAI (Conselho Latino-Americana de Igrejas), fundado em 1978. E no nível

<sup>259</sup> Cf. WALGRAVE, Jan. *Consultar os fiéis em questões doutrinárias*. In: CONCILIUM, no. 200(1985), p. 28 [398].

<sup>260</sup> KEHL, Medard. *A Igreja: uma eclesiologia católica*. São Paulo, Loyola, 1997, p. 103.

<sup>261</sup> Cf. UR, 1

internacional chamado CMI (Conselho Mundial de Igrejas), fundado em 1948, em Amsterdã (a Igreja Católica Romana ainda não é o membro pleno desse conselho).

Nesta mesma linha de pensamento, de contínua busca pelo resgate dos valores humanos e espirituais e pela unidade comunal da vida de fé cristã em particular e o diálogo constante com as demais crenças e filosofias religiosas em geral, em vista da comunhão global, Orlando O. Espín afirma que a “religião popular é entendida teologicamente como portadora autêntica ou, a expressão cultural do *sensus fidelium*”<sup>262</sup>.

O rosto da Igreja-Povo de Deus a partir do Vaticano II, tendo o *sensus fidei*, a Sagrada Escritura e Jesus Cristo como centro regulador do ser, viver e agir eclesial é, sem dúvida, uma Igreja-Povo-de-Deus em comunhão estruturada<sup>263</sup>. Leonardo Boff fala de ‘comunhão hierárquica’ (comunhão hierarquizada pelo fato de todos possuem sua porção de responsabilidade)<sup>264</sup>, isto é não apenas entre as estruturas do poder, mas para além dela, ou seja, com todo o povo de Deus, cada qual em sua função, e conforme dons e carismas espirituais concedidos a cada indivíduo, em vista da edificação do Reino de Deus. Assim, na estrutura deveriam atuar também os não-ordenados (homem e mulher, celibatários/as tanto quanto casados/as).

Uma comunhão que não se limita à comunhão hierárquica, mas vai além, abrange a totalidade do povo (estrutura e base), e se estende para além-fronteira, isto é, a comunhão com toda a humanidade, como resposta ao desejo do Mestre de Nazaré: “Para que todos sejam um” (Jo 17, 21), feitos rebanhos sob condução de um só pastor (Jo 10, 16). Como na palavra de E. Schillebeeckx: um cristianismo sem eclesialidade, isto é, sem sistema eclesial de caráter excludente e discriminatório, no qual a solidariedade humana, a fraternidade entre os homens, se manifesta como a autêntica Igreja<sup>265</sup> - que

<sup>262</sup> ESPÍN, Orlando O. *A fé do povo: reflexões teológicas sobre o catolicismo popular*. Idem, p. 117. O autor, no entanto, aponta duas limitações da religião popular como *sensus fidelium*: a) as limitações contextuais humanas. Isto é, contexto sociocultural, histórico-político, linguístico, econômico – e até psicológico – dentro dos quais o Evangelho cristão é proclamado, entendido e vivido. Considerado limitados os seus meios de expressão na medida em que se coloca na comparação com a expressão das elites intelectuais eclesiásticas, tanto quanto, políticos; b) as limitações em relação com qualquer portador do *sensus fidelium*. O autor articula que pelo fato de o *sensus fidelium* não se compõe das manifestações ou veículos pelos quais ele se faz conhecido. É a intuição cheia de fé do povo cristão, movido pelo Espírito, que sente, adere à Palavra de Deus e a interpreta. Toda interpretação feita da manifestação do Espírito, envolve toda a realidade do sujeito. E isso tão verdadeiro tanto na a religião popular, quanto em outros portadores do *sensus fidelium* na Igreja, dita oficial. (cf. idem, p. 144 – 148).

<sup>263</sup> Cf. LAFONT, Ghislain. *Imaginar a Igreja católica*. São Paulo, Loyola, 2008, p. 117-122.

<sup>264</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *A colegialidade de todo o povo de Deus: uma interrogação a partir da prática*. In: REB, Fasc. 183 – setembro (1986), p. 651.

<sup>265</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E. *Igreja e humanidade*. In: CONCILIUM, no. 1 (1965), p. 51.

não ressalta a religião enquanto sistema em primeiro lugar, mas pelo contrário, a humanidade religiosa, o povo de Deus criado à imagem e semelhança do Criador.

### 3.5.

#### O papel do “Sensus Fidei” no convívio global da Igreja no mundo em mudança

Para Manoel Augusto Santos, o “Vaticano II foi o Concílio mais universal da história da Igreja (contando com a presença de 2.540 padres conciliares e representantes de dezoito confissões não-católicas que se faziam representar como observadores oficiais)”. O autor afirma que o “discurso de abertura causou sensação, pois o papa (João XXIII) falou uma linguagem de esperança e apresentou o Concílio como uma assembleia destinada a tornar a Igreja presente no mundo e sua mensagem sensível à razão e ao coração do homem engajado na revolução técnica do século XX”<sup>266</sup>.

A identidade básica do Povo de Deus na Aliança Mosaica é a ‘escuta’, *shemá-Israel*. E Jesus ressalta a importância da escuta no seu convívio para com os seus (cf Mc 4,23; Mt 11,15; Lc 8,8; Jo 8, 47). Assim, também é a identidade do povo crístico. A importância do *sensus fidei* no convívio global no mundo em contínua mudança é, sem dúvida, a atitude de escuta atenta, e não seletiva, somente ao que agrada os ouvidos. Isto é, ir ao encontro, abrir-se às justas exigências do mundo atual, em suas profundas mudanças estruturais, também nos seus modos de ser (novas culturas?), inserindo-se, assim, no meio do mundo, feito fermento, sal e luz, para ajudá-lo, respeitando sua autonomia relativa (secularização), num espírito de reconciliação e de doação generosa e de caridade total: assistencial, promocional e libertadora, *ad-intra* e *ad-extra*.

Na perspectiva de João XXIII quando convocou a Igreja para “discernir os novos sinais dos tempos (GS, 4)”<sup>267</sup>, Leonardo Boff diz que,

A grande dificuldade encontrada por Jesus em suas disputas com os teólogos e os mestres do seu tempo consistiu exatamente nisso: o que Deus quer de

<sup>266</sup>SANTOS, Manoel Augusto. Quarenta anos depois do Concílio Vaticano II. In: SANTOS, Manoel Augusto (Org.). *Concílio Vaticano II: 40 anos da Lumen Gentium*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2005, p. 9.

<sup>267</sup>ALBERIGO, GIUSEPPE (org.). *Histórias dos Concílios ecumênicos*. São Paulo, Paulus, 1995, p. 400.

nós não pode ser resolvido com um simples recurso às Escrituras. Devemos consultar os sinais dos tempos e o imprevisível da situação (cf. Lc 12, 54-57)<sup>268</sup>.

O papa João XXIII que, para muitos, seria ‘apenas um papa de transição’<sup>269</sup>, surpreendeu o mundo, deu início a uma retomada de consciência eclesial, e que levou a Igreja a tomar uma atitude de mudança interna: *aggiornamento* (que significa colocar-se em dia, atualizar-se ou renovar-se) e de uma ação externa: atitude reconciliadora com o mundo (isto é, o espírito de abertura ao diálogo maduro e responsável *ad-intra*, a Igreja com ele mesma, e *ad-extra*, a Igreja com a sociedade). Assim, a Igreja sai do mundo fechado (o gueto) para se inserir no meio do mundo global, feito fermento, sal e luz no meio da massa – de vida humana, não para impor suas ideias, mas para conviver e dialogar com todos, com os olhos e ouvidos do coração abertos para ver, escutar e compreender.

A declaração *Nostra Aetate* (NA), aprovada no dia 28 de outubro de 1965, analisou a atitude de Igreja para as religiões não-cristãs, sintetizada no apelo de João XXIII: “Buscai primeiramente aquilo que une, antes de procurar o que divide”. À luz desse princípio criou, na Igreja, um espírito de maior tolerância e aproximação respeitosa às demais religiões não-cristãs e filosofias religiosas, sobretudo, a abertura para a criação do clima de uma convivência amigável com todos àqueles que, de boa vontade, procuram contribuir, de sua maneira, a edificação do Reino de Deus.

O papel do *sensus fidei* no convívio global da Igreja num mundo em mudança acelerada consiste, sem dúvida, na atitude reconciliadora com toda a humanidade – independentemente de suas crenças e filosofias religiosas – em um espírito de sempre estar aberto ao diálogo maduro e transparente, tornando, desta forma, o mundo uma verdadeira *ekklesia* da humanidade. Como diz Gerhard Lohfink “onde os homens e - as mulheres de todas as gerações, culturas, línguas – se juntam voluntariamente em solidariedade mútua, colocando-se sem temor a serviço de YHWH...”<sup>270</sup>.

<sup>268</sup> Cf. BOFF, Leonardo. *Jesus libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 105.

<sup>269</sup> Cf. BEOZZO, José Oscar. *O Concílio Vaticano II: etapa preparatória*. In: AA. *Vaticano II – 40 anos depois*. São Paulo, Paulus, 2006, p. 9.

<sup>270</sup> Cf. LOHFINK, Gerhard. *¿Necesita Dios La Iglesia? Teología Del pueblo de Dios*. Madrid, San Pablo, 1999, p. 145.

### 3.6.

#### RESUMINDO

A *Ekklesia* de Deus Pai, gestada e revelada pelo Espírito, nascida do lado aberto do Filho e radicada, acolhida e fortalecida no coração do crente é, sem dúvida, a Igreja-Corpo-Povo-de-Deus-em-comunhão com toda a humanidade.

Assim, o papel do *sensus fidei* consiste na luta pela superação de todo o tipo de dicotomia criada e vivida na Igreja no decorrer de sua história que cria a falsa separação entre homem e mulher, entre céu e terra, entre sagrado e profano e entre o clero (como detentor do poder divino) e o povo (que deve prestar a dócil obediência), entre outras. Uma vez que, “em virtude da encarnação – do Verbo de Deus – tudo no mundo é tornado sagrado, não havendo separação entre o sagrado e o profano”<sup>271</sup>. E, assim, no lugar da oposição, a composição. Humano e divino, material e espiritual, céu e terra, masculino e feminino são faces da mesma realidade.

O Vaticano II, através do seu documento conciliar da,

*Lumen Gentium*, substitui a imagem da Igreja como *sociedade desigual* em que os *leigos* (de modo particular as mulheres) aparecem como membros de segunda categoria, com a imagem da verdadeira fraternidade e igualdade na Igreja, restituindo, assim, aos *leigos* a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus...<sup>272</sup>.

Assim, o *sensus fidei* supera todas as diferenças culturais, *status* sociais e gênero, tornando todos um em Cristo (Gl 3, 28-29) e, reconcilia, não somente a Igreja com ela mesma, mas também com toda a humanidade e com o cosmos, uma vez que a fé não é propriedade de nenhum sistema religioso e/ou filosofias e crenças. Pelo contrário, é a graça universal, o bem divino doado para todo o ser humano criado à imagem e semelhança do Criador. Ela também se compromete, fundamentalmente, com a paz, a justiça, o direito e a liberdade do homem e da mulher. Desta forma, dizemos que o rito batismal dos cristãos supera o rito da circuncisão judaica de religião. Como no dizer de Ana Maria Tepedino,

O rito paulino de iniciação (o Batismo) não é mais o rito masculino da circuncisão; mas o batismo, que é um rito inclusivo, tanto para homens como

<sup>271</sup>Cf. TEPEDINO, Ana Maria. *Eclesiologia de comunhão: uma perspectiva*. In: ATUALIDADE TEOLÓGICA, Fasc. 11(2002), p. 170.

<sup>272</sup> ESTUDOS DA CNBB, 45. *Leigos e participação na Igreja*. São Paulo Paulinas, 1986, p. 125.

para mulheres, pois acolhe na igualdade a todos, e os introduz numa comunidade onde não deveriam existir dominações de nenhuma espécie<sup>273</sup>.

Assim, tudo o que é imposto será sempre contestado, desviado e negado.

A Igreja, a partir do Vaticano II, tendo *sensus fidei*, a Palavra-Vida de Deus e Jesus Cristo, o Verbo encarnado, como centro regulador da vida dos crentes crísticos é uma Igreja de verdadeira fraternidade mundial, animada e conduzida pelo Espírito (eclesiologia pneumática), que é o projeto original do mestre Nazareno (Mt 23,8; 28, 19). Ela (a Igreja) não é o Reino de Deus prometido, é uma realidade humana/cultural, um Povo de Deus com sua caminhada histórica. Não é uma sociedade perfeita, mas é uma realidade sujeita às crises e tensões históricas, portanto, passível de transformações e configurações históricas, consoantes aos contextos, lugares, culturas e gerações.

---

<sup>273</sup>TEPEDINO, Ana Maria. Idem., p. 163.